



ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR NO VIÉS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

HOSPITAL EDUCATIONAL SERVICE IN VIEW OF INCLUSIVE EDUCATION

eLocation-id: e0027

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/19843178182022e0027>

Itamara Peters

Universidade Estadual do Norte do Paraná
itamrapeters@gmail.com - [ORCID](#)

Os artigos publicados nesta edição passaram pelo *Plagiarism Detection Software* |
iThenticate

RESUMO

O texto a seguir apresenta uma discussão teórica do atendimento educacional hospitalar pelo viés da educação inclusiva, trata-se de um estudo bibliográfico que revisa termos e situa o leitor no campo de estudo da pedagogia hospitalar, trazendo à tona conceitos relevantes que guiam a prática docente neste campo ainda em construção e problematiza a indefinição que permeia a área. No percurso textual traçaremos um breve histórico deste atendimento situando o leitor no tempo e no espaço, traremos alguns conceitos de pedagogia hospitalar e de educação especial e inclusiva para definir esta relação e compreender o campo de atuação dos docentes nesta área, pertencente tecnicamente aos departamentos de Educação Especial, mas muitas vezes invisível e desconsiderada como campo de atuação, como atendimento essencial e como constructo teórico. Para a construção e defesa do que aqui apresentamos realizamos a busca de informações em dois sites técnicos: Google acadêmico e Scielo, com as palavras-chave: classe hospitalar, educação especial e inclusão. Como resultados o texto aponta para a estreita relação da educação hospitalar com a educação inclusiva, considerando princípios e métodos de ensino.

Palavras-chave: Pedagogia hospitalar; Educação inclusiva; Direito à educação.

ABSTRACT: The following text presents a theoretical discussion of educational hospital care from the perspective of inclusive education, it is a bibliographic study that reviews terms and situates the reader in the field of hospital pedagogy study, bringing to light relevant concepts that guide teaching practice in this field still under construction and problematizes the lack of definition that permeates the area. In the textual path, we will trace a brief history of this service placing the reader in time and space, we will bring some concepts of hospital pedagogy and special and inclusive education to define this relationship and understand the field of performance of teachers in this area, technically belonging to the departments of education. Special Education, but often invisible and disregarded as a field of action, as an essential service and as a theoretical construct. For the construction and defense of what we



present here, we carried out the search for information on two technical sites: Google academic and Scielo, with the keywords: hospital class, special education and inclusion.

Keywords: Hospital pedagogy; Inclusive education; Right to education.

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresentado neste texto irá tratar do atendimento educacional hospitalar apresentando seu vínculo enquanto serviço da educação especial, mas que trabalha conceitualmente e tecnicamente por uma educação inclusiva. Trata-se de uma revisão teórica e bibliográfica que centra o texto em diferentes campos: classe hospitalar, educação especial e inclusão educacional.

Textualmente apresentaremos o histórico da escolarização hospitalar delineando como esta foi vinculada a educação especial para na sequência trilharmos o caminho de uma educação inclusiva apontando pontos de divergência de que a classe hospitalar, seja apenas educação especial, tendo em vista que esta busca o direito à educação dos sujeitos em tratamento de saúde, sejam estes público alvo do que se tem no Brasil como Educação Especial ou não. Considerando que grande parte dos estudantes atendidos nos programas de escolarização é oriundo das classes regulares da educação básica e que em virtude do tratamento necessita interromper suas atividades escolares no espaço regular de ensino. Assim, apresentaremos como os atendimentos educacionais hospitalares transitam entre diferentes modalidades de educação tendo como foco uma educação para todos e pautando-se num processo de educação inclusiva.

2. METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada tomará como base a pesquisa quantitativa, investigando a quantidade de textos que compõem o escopo teórico na inter-relação dos vocábulos classe hospitalar, educação especial e inclusão educacional. E, depois, passará a ser de caráter qualitativo - interpretativo ao analisar o conteúdo



dos textos selecionados a fim de verificar a relação entre os termos utilizados e o nível de pertencimento da classe hospitalar à educação especial.

Este estudo tomará a pesquisa qualitativa - interpretativa como base na revisão bibliográfica de textos da área de pedagogia hospitalar, educação especial e inclusiva. Segundo Minayo e Gomes (2015) às "revisões bibliográficas" sobre estudos já realizados permitem observar, apresentar e mapear uma determinada área do conhecimento enfatizando e ressaltando aquilo que tem sido pouco discutido ou observado pelos pesquisadores. Martins e Theóphilo (2016) defendem que a pesquisa bibliográfica seja compreendida como um elemento essencial do processo de pesquisa.

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo. (MARTINS E THEÓPHILO, 2016, P.52).

Neste caso a pesquisa bibliográfica terá o papel de constructo teórico apresentando uma área específica e suas particularidades. A partir do que foi construído anteriormente na área pesquisada. O objetivo do trabalho será o de explicar a Pedagogia Hospitalar/ Educação Hospitalar e discutir a sua vinculação com a Educação Especial/Inclusiva.

Para a realização da pesquisa foram selecionados dois sites de bibliotecas virtuais. Google Acadêmico e o Scielo, para compor os instrumentos de análise da pesquisa. O Google Acadêmico é um instrumento de pesquisa desenvolvido para facilitar a busca de pesquisadores em áreas específicas, é uma biblioteca composta de artigos publicados em periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, resumos e citações de termos de um determinado assunto. Já o Scielo é uma biblioteca com um acervo selecionado, ou seja, fazem parte do seu escopo



periódicos bem avaliados e textos de divulgação científica que passaram por um rigoroso processo de validação entre pares.

Considerando tempo e número de textos publicados, delimitamos um período de cinco anos para realização da análise, trabalhando com estudos realizados entre 2016 e 2020, visando selecionar os textos mais atuais da área de estudo que estamos nos propondo a investigar. A busca foi feita a partir das palavras – chave: classe hospitalar, educação especial, inclusão educacional. Feita a busca, organizamos as informações em quadros, gráficos e imagens que apontam a análise quantitativa e a partir dessas informações selecionamos os textos para análise das recorrências de vínculo dos termos e de conceitos que serão descritos a seguir.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Educação Especial

O conceito de Educação Especial no Brasil sempre esteve ligado a ideia de deficiência e pautado num público muito específico. Inicialmente a educação especial voltou seu olhar para a deficiência visual e para a surdez¹. Na história da educação no Brasil, a educação especial foi compreendida como um processo de educação para anormais ou em outros termos a educação do sujeito atípico. Tais conceitos além de trazerem em si uma série de preconceitos relacionados apontam diretamente para um processo educacional que sempre se deu à margem da escolarização e do direito de acesso ao conhecimento.

Se pensarmos na versão dicionarizada dos termos associados à Educação Especial teríamos para *anormal* aquilo que é “contrário a norma”, “deficiente físico, intelectual ou mental” - “anomalia – anormalidade”. (ABL, 2008, p. 141), confirmando assim a vinculação na história educacional brasileira do termo a modalidade de Educação Especializada. Obviamente que a questão da utilização desse termo tem uma relação direta com o contexto histórico cultural e com o modelo de atendimento

¹ 1857 – Criação dos Institutos de cegos e surdos no Rio de Janeiro. “Instituto dos Meninos Cegos” e “Instituto dos Surdos-Mudos”. Atualmente Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.



biomédico que observou inicialmente a carência de atendimento a esta população. Carvalho (2014, p.25) ressalta que:

a atribuição de um significado negativo para as manifestações da deficiência (como anormalidade) pode ser encontrada em inúmeros textos e imagens apresentadas em jornais, revistas e livros didáticos, dentre outros; [...] inclusive nos próprios pais e familiares de pessoas em situação de deficiência; e na “família” de documentos internacionais de classificação de doenças, elaborados e divulgados pela organização Mundial de Saúde. (CARVALHO, 2014, p.25).

Dessa forma, todo o discurso negativo relacionado aos termos utilizados acaba sendo transferido aos sujeitos fazendo com o que poderia ser apenas uma diferença, passa a ser entendido como limitação ou incapacidade. Corroboram com essas questões os documentos oficiais do Paraná, que se pautam em conceitos pré-estabelecidos para definir como a educação especial se organiza e a quem ela atende:

A organização da Educação Especial sempre esteve determinada por um critério básico: a definição de um grupo de sujeitos que, por inúmeras razões, não corresponde à expectativa de normalidade ditada pelos padrões sociais vigentes. Assim, ao longo da história, ela constitui uma área da educação destinada a apresentar respostas educativas a alguns alunos, ou seja, àqueles que, supostamente, não apresentariam possibilidades de aprendizagem no coletivo das classes comuns, que foram, entre outras denominações estigmatizantes, rotulados como excepcionais, retardados, deficientes. (PARANÁ, 2006, p. 17).

Por outro lado, quando buscamos o vocábulo *atípico* ele apresenta uma conotação menos pejorativa, “que não é comum, raro” (ABL, 2008, p.174). trazendo assim, um outro conceito envolvido a partir da escolha linguística que se faz.

Ao longo de toda a história da educação brasileira a educação especial foi se constituindo enquanto modalidade exclusiva e detentora de saberes que se pautavam em um determinado público por ela atendido. Assim,

constata-se que a atenção educacional aos alunos, atualmente denominados com necessidades especiais, esteve motivada por concepções de atendimento que refletem diferentes paradigmas nas



relações da sociedade com esse segmento populacional. (PARANÁ, 2006, p. 17)

Observa-se que embora se aponte diferentes paradigmas, eles estão sempre relacionados ao olhar e ao discurso do outro e não do próprio sujeito.

No decorrer da história a Educação Especial foi se caracterizando por espaço de poder sobre os sujeitos, agindo como elemento de controle social entre o educar e cuidar, corrigir e tratar. Há sempre uma dicotomia que permeia a área e exige a clareza conceitual que se estabelece somente após as lutas pelos direitos humanos a o delineamento de novas concepções de sujeito e de cidadão.

Assim, de acordo com a legislação brasileira, a Educação Especial é compreendida como: “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, LDB, 1996, p.39). nesta mesma linha o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituiu no artigo Art. 25. que:

Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando. (BRASIL, 1999, p. 09).

Logo, a própria legislação apresenta a educação especial como um serviço de apoio, podendo em alguns casos constituir-se e única alternativa de ensino quando não houver a possibilidade de inserção na escola regular. Dessa forma, o conceito de uma educação especial no termo mais restrito, dicionarizado “que é específica de alguém ou de algo; que apresenta função específica; que é fora do comum” (ABL, 2008, p.534) se concretiza e se configura nestes atendimentos ora na escola regular ora em espaços específicos de atuação.



Ainda tratando das questões legais a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica compreende que:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar,

suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 01).

Além de definir o que vem sendo entendido por educação especial o documento aponta ainda a definição do público alvo, o artigo 5º afirma que:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p.02).

Apontando caminhos para o conceito e público alvo da Educação Especial iremos discutir na sequência, o que é a inclusão educacional ou educação inclusiva. Compreendendo o termo como desmembramento ou complementaridade da educação especial ou ainda como a sua finalidade.

3.2. Educação Inclusiva



Quando tratamos de inclusão vem-se em mente os múltiplos usos do termo inclusão nas mais variadas esferas de circulação da linguagem, teremos uma gama de expressões com distintas finalidades (inclusão digital, inclusão social, inclusão X exclusão, entre outros termos) entretanto, a nossa discussão textual pauta-se na questão da inclusão educacional. Trazendo à tona os elementos que envolvem essa questão no campo da educação.

Poderíamos discorrer a questão em muitas páginas, e ainda assim, não esgotaríamos o assunto inclusão, mas como o momento exige brevidade, a intenção neste tópico é discutir os aspectos teóricos relacionados à inclusão educacional para compreender como isso vem sendo feito e que relação esse processo estabelece com os outros dois conceitos pensados no texto, educação especial e classe hospitalar.

Uma das principais premissas da inclusão é a busca de uma educação para todos. Procurando a inserção escolar de todos os sujeitos independente da sua condição, como ressalta Mantoan (2015, p.28) a meta “é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”. Diante disso, uma proposta inclusiva exige uma escola que “considera as necessidades de todos os seus estudantes” (MANTOAN, 2015, p.28) e organiza a sua rotina e itinerário educativo em função dessas necessidades. Ainda de acordo com Mantoan (2015), ao trilharmos um paradigma inclusivo estamos provocando e desestabilizando o sistema de ensino para que este seja melhorado e que a escola atinja a todos em sala de aula.

Entretanto, para que essa meta de atingir a todos em sala de aula seja possível, não basta pensar em uma inclusão apenas no âmbito da sala de aula. É necessário que a escola seja também inclusiva, mas para Carvalho (2014), há elementos que precisam ser observados nessa relação.

O espaço educacional escolar será inclusivo, não apenas pela presença física dos sujeitos, como alunos e alunas; muito menos se sua intencionalidade estiver centrada no rendimento, no conteúdo curricular, ou em atividades de aprendizagem que não considerem as diferenças individuais porque assumem uma abordagem homogeneizadora. (CARVALHO, 2014, p. 95)



Entendendo assim, que não basta apenas um discurso de inclusão ou o fato de ter matrículas de estudantes de educação especial que faz da escola um espaço inclusivo. É necessário um esforço muito maior. Segundo Carvalho (2014) a escola inclusiva acolhe o desafio de atender a diversidade e de trabalhar com ela em seu contexto.

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, que não segregue, não rotule, e não “expulse” alunos com “problemas”, uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda a diversidade de características do seu alunado. (CARVALHO, 2014, p. 96).

Desta feita, compreender o que seja inclusão educacional exige a ressignificação de inúmeros dilemas educacionais e criação de espaços plurais de ensino aprendizagem, no qual todos os estudantes estão integrados e aprendendo. Além disso, a inclusão exige outro movimento que é o reconhecimento e a garantia do direito à educação compreendendo nesse direito o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no espaço escolar e fora dela. Uma escola inclusiva pressupõe assim protagonismo, ação e atuação de todos os sujeitos em busca de uma educação equitativa.

A educação inclusiva avança no viés de dois movimentos: está em consonância com os Direitos Humanos e com a busca de uma educação para todos. De acordo com Silva e Costa (2015).

As propostas de educação inclusiva estão em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL – UNESCO, 2009) e com a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), no que se refere, sobretudo, à defesa da democracia, da participação de todos, do respeito à diversidade. (SILVA e COSTA, 2015, p.49).

Logo, é nesse movimento de respeito da diversidade de trabalho com a diferença que a escola inclusiva se constitui e se fortalece. Para Mantoan (2015, p.35), ela é “produto de uma ação plural, democrática e transgressora”, o estudante de uma escola inclusiva “é outro sujeito” pois sua identidade não é determinada por “modelos ideais e permanentes”. Nas escolas inclusivas permite-se e respeita-se o



direito à diferença e a pluralidade cultural de uma sociedade múltipla, seja no aspecto social, linguístico, religioso, étnico etc.

Concluimos e compreendemos com o aporte de Silva (2015) que a inclusão pode ser compreendida:

em uma dimensão mais ampla, que está relacionada ao respeito às diferenças e a diversidade das pessoas, uma vez que a diferença não significa desigualdade, mas ampliação da riqueza cultural que caracteriza cada ser humano, cada grupo social. (SILVA, 2015, p. 101).

É a partir desse viés amplo da inclusão educacional que estabelecemos uma relação direta entre inclusão educacional e classe hospitalar, pois a prática pedagógica desenvolvida nos atendimentos educacionais hospitalares busca o respeito à pluralidade de sujeitos que dela fazem parte. Descreveremos na sequência o que estamos compreendendo ser a classe hospitalar e quais os aspectos dessa relação direta com a inclusão.

3.3. Classe Hospitalar

No Brasil o histórico dos atendimentos educacionais hospitalares ainda é um processo em construção, pois há indefinições e contradições com relação a datas e locais dos primeiros atendimentos. Nessas contradições há linhas de pesquisadores que defendem os primeiros atendimentos realizados exclusivamente para o público alvo da Educação Especial, tratados nos documentos como “excepcionais”, mas eram atendimentos específicos² e em espaços específicos³ o que teoricamente não caracterizaria atendimento educacional hospitalar de acordo com alguns pesquisadores.

² Letras (alfabetização), música e artes mecânicas e religião.

³ Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854); Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1856).



Entretanto, Fonseca⁴ professora e pesquisadora da área fez um levantamento histórico dos atendimentos em 1999, e em seus estudos aponta que os primeiros atendimentos em hospitais brasileiros ocorreram em 1950. no Hospital Menino Jesus, em Niterói (RJ) e que esse serviço se perpetua até a atualidade, sendo o mais antigo do país. Fonseca (1999) aponta ainda que,

o crescimento do número de classes hospitalares coincide com o redimensionamento do discurso social sobre a infância e à adolescência, que culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e seus desdobramentos posteriores. (FONSECA, 1999, p.10).

É com base no ECA⁵, que o direito à educação ganha notoriedade e outras legislações são acessadas para compor o marco legal de luta pelo direito à educação dos estudantes que se encontram em tratamento de saúde.

Mesmo iniciando em 1950, os atendimentos a crianças hospitalizadas só passam a ser instituídos publicamente e organizados a partir da década de 90 por Estados e Municípios. Em 1999, alguns professores e pesquisadores entre eles Fonseca e Ceccin fazem um levantamento a pedido do Ministério da Educação e Cultura - MEC⁶ para verificar o quantitativo de classes hospitalares em funcionamento no país, tal estudo culmina na publicação, em 2002, do documento “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar estratégias e orientações”, com o objetivo de nortear a implementação dos atendimentos educacionais hospitalares e domiciliares. Como cita o documento orientador:

A Secretaria de Educação Especial reuniu assessoria técnico-científica constituída por professores representantes do Sistema de Educação e do Sistema de Saúde, provenientes das faculdades de educação, secretarias municipais de educação e

⁴ Eneida Simões da Fonseca Professora do Departamento de Estudos da Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da UERJ. PhD em Desenvolvimento e Educação de Crianças Hospitalizadas (Institute of Education - University of London/Inglaterra, 1995). Foi professora de alunos de Educação Infantil (entre 1983 e 2007) na Escola do Hospital Municipal Jesus (SME-RJ) de onde se aposentou em 2008. É membro da Rede Latino Americana e do Caribe pelo Direito à Educação de Crianças e Jovens Hospitalizados ou Impossibilitados de Frequentar Escola por Motivos de Doença (REDLACEH) com sede no Chile e da Organização Europeia de Pedagogos em Hospitais (HOPE).

⁵ ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁶ A partir deste Ministério da Educação e Cultura – será utilizada a forma abreviada MEC.



escolas de saúde pública do Brasil que preparam o presente documento após análise de pareceres sobre a versão preliminar deste solicitados a outros profissionais vinculados direta ou indiretamente à essa área específica. (BRASIL, 2002, p. 07).

O documento apresenta definições do que se entende por este atendimento e quem seriam os sujeitos responsáveis pela implementação das classes hospitalares. De acordo com o texto do Ministério da Educação e Cultura, (BRASIL, 2002).

O atendimento educacional hospitalar e o atendimento pedagógico domiciliar devem estar vinculados aos sistemas de educação como uma unidade de trabalho pedagógico das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação, como também às direções clínicas dos sistemas e serviços de saúde em que se localizam. Compete às Secretarias de Educação, atender à solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, a contratação e capacitação dos professores,

a provisão de recursos financeiros e materiais para os referidos atendimentos. (BRASIL, 2002, p.16).

Embora o documento tenha sido publicado, seu texto não produziu grandes efeitos, pois trata-se de um documento orientador e não especificamente uma legislação que deveria ser cumprida. Nesta perspectiva, o documento aponta para a definição dos conceitos e das responsabilidades diante do atendimento educacional ao estudante em tratamento de saúde. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2002), a expressão *classe hospitalar* designa um conjunto de ações e serviços voltados ao estudante em tratamento de saúde.

Denomina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental. (BRASIL, 2002, p.13).

Tal definição pauta-se na variedade de atendimentos realizados por diferentes unidades de saúde em todo o país e remete-se a ideia de que há professores atendendo em ambulatórios, serviços de hemodiálise, hospitais oncológicos, clínicas



de tratamento de saúde mental, casas de apoio a doentes oncológicos, casas de passagem para doentes entre outros espaços. Além disso, o termo contempla tanto os atendimentos coletivos desenvolvidos em uma sala como os atendimentos individuais no leito e nos espaços de isolamento.

Além de um espaço próprio para a classe hospitalar, o atendimento propriamente dito poderá desenvolver-se na enfermaria, no leito ou no quarto de isolamento, uma vez que restrições impostas ao educando por sua condição clínica ou de tratamento assim requeiram. (BRASIL, 2002, p. 17).

Embora fique claro no texto que há múltiplas possibilidades de atendimento que podem ser compreendidas como classe hospitalar, as definições apresentadas por teóricos da área trazem outros conceitos para definir e explicar o que é e como é o atendimento educacional hospitalar. Para Fonseca (2008, p.12) a classe hospitalar,

objetiva atender pedagógico-educacionalmente às necessidades de desenvolvimento psíquico e cognitivo de crianças e jovens que dadas as suas condições especiais de saúde, encontram-se impossibilitados de partilhar experiências socio-intelectuais de sua família, de sua escola e de seu grupo social. (FONSECA, 2008, p.12).

Dessa forma, compreendemos que o atendimento educacional nos espaços de tratamento de saúde volta-se para a educação integral do sujeito, buscando trazer a relação com o espaço externo ao hospital e estabelecendo novas relações com o conhecimento e com o processo de aprendizagem. Covic e Oliveira (2011, p.24-25) questionam a escola no hospital colocando “que escola é essa que responde às necessidades individuais de cada um, sem perder de vista a totalidade dos sujeitos que dela participam?” Entende-se que estas escolas ou atendimentos educacionais sejam pautados em espaços abertos de aprendizagem, em que haja uma grande troca de saberes em que são selecionados conteúdos extremamente relevantes de acordo com a realidade, a necessidade e as escolhas de cada sujeito. Retomando as palavras de Fonseca (2008):

o atendimento pedagógico – educacional no ambiente hospitalar deve ser entendido como uma escuta pedagógica às necessidades e interesses da criança, buscando atendê-las o mais adequadamente possível nestes aspectos, e não como mera suplência escolar ou



"massacre" concentrado do intelecto da criança. (FONSECA, 2008, p. 15).

O atendimento educacional nas palavras de Fonseca (2008) vai muito além do aspecto escolar. Ele contempla uma gama de relações que envolve família, estudante, professor hospitalar, equipes do hospital e os professores da escola de origem da criança. Nesta perspectiva a escolarização hospitalar aponta seu caráter inclusivo mesmo em outro contexto, o hospital. Para Albertoni (2014, p.23) “a inclusão quebra barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais que impedem o ato de conviver e compartilhar da vida social, escolar, familiar, laboral, etc.” É nessa linha de trabalho que a educação em hospitais caminha buscando a quebra das barreiras e proporcionando momentos agradáveis de aprendizagem e convívio.

Segundo Albertoni (2014), o papel do docente hospitalar é mais amplo, pois cabe a ele pensar este estudante por completo, observando todas as suas necessidades.

O professor da classe hospitalar não é um professor particular que responde as dúvidas escolares, mas um profissional da educação voltado para as necessidades educacionais, revelando competências e habilidades essenciais ao processo de aprendizagem necessários à qualidade de vida pessoal e social dos alunos. Sua atuação exige a agregação de saberes, mas não pode deixar de reconhecer como norte a perspectiva da atenção integral ao aluno com foco na melhoria da qualidade da assistência pediátrica. (ALBERTONI, 2014, p.35).

Assim, o atendimento em ambiente hospitalar exige o olhar do professor para o todo, pensando tempo, espaço, planejamento das aulas, vínculo com a escola de origem e especialmente as condições de aprendizagem e interação do estudante que se encontra em tratamento de saúde. A inclusão neste caso, envolve um projeto educativo que contempla todos os sujeitos, dando a estes a noção de pertencimento ao espaço e ao lugar. Trata-se de proporcionar um espaço humanizado e humanizador que acolha o outro: estudante, familiar, e todos os demais envolvidos nesse processo de ensino e que busca a transformação da realidade. Para Matos e Wiese (2013) a educação no contexto hospitalar pode ser entendida como:



Possibilidade de transformação, de superação de desafios, de apaixonar-se pelo saber, pelo conhecer as palavras que ecoam em nossos ouvidos, tais e tantas, a ponto de nos envolvermos e nos libertarmos das amarras impostas por uma educação bancária que não arriscam em dizer que a amorosidade e a afetividade resultam em um educar prazeroso e harmonioso como uma melodia que nos faz mergulhar em uma afinada e cadenciada canção. (MATOS E WIESE, 2013, P. 91-92).

Dessa forma, compreende-se que a educação hospitalar é um processo singular, único e exige uma dedicação amorosa, afetiva e muito profissional dos docentes que nela atuam. Cabe a ela a busca de diferentes abordagens educativas, não necessariamente pedagógicas – educacionais ou escolares. E cabe também a crença de que a criança doente tem o direito à continuidade de sua escolaridade pois, de acordo com Maito (2013, p.40) “a aprendizagem é inerente à condição humana e ocorre durante toda a vida; se estamos vivos, estamos aprendendo.” Assim, no atendimento escolar hospitalar é necessário investir no que é vital para o sujeito, aliando à atenção à escolaridade.

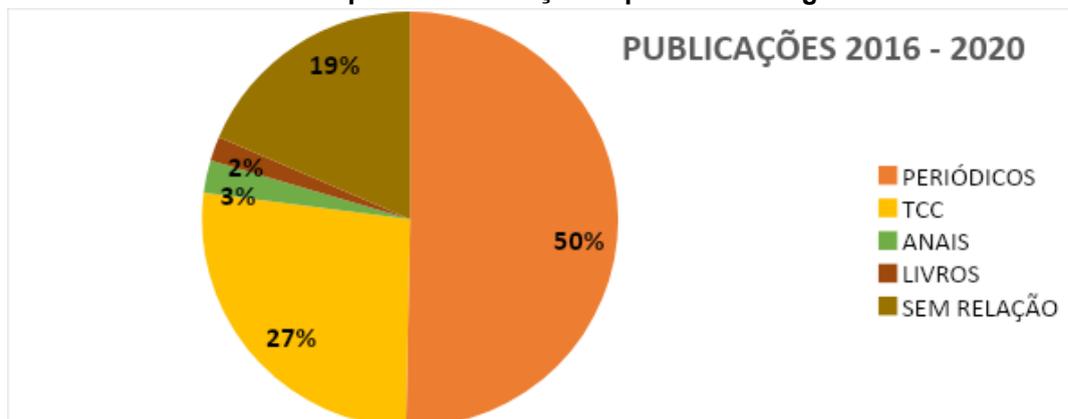
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A base de estudos da pesquisa se deu via acesso aos sites Google Acadêmico e Scielo fazendo um recorte temporal de 2016 a 2020, ou seja, pesquisando publicações na área nos últimos cinco anos. A pesquisa foi realizada a partir da utilização de palavras – chave: classe hospitalar, educação especial e inclusão e com a alternância da palavra-chave para inclusão escolar que traz uma outra gama de textos.

Analisando detalhadamente os resultados apresentados no site Google acadêmico teremos o gráfico 1 que aponta a recorrência dos termos nos artigos apresentados na busca e o percentual de textos, e a predominância da relação entre classe hospitalar e educação especial.



Gráfico 1: Classe hospitalar e Educação Especial no Google Acadêmico



Fonte: a autora, 2020

Na busca classe hospitalar educação especial foram encontrados inicialmente quatrocentos e setenta e nove (479) resultados no recorte temporal de cinco anos. Tais números contemplam: artigos em periódicos, trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, projetos de iniciação científica, dissertações e teses. O gráfico elaborado a partir da busca separando os textos por categorias deixa evidente a diversidade de informação e de trabalhos na área, são duzentos e trinta e nove (239) textos publicados em periódicos, ou seja, 50% dos textos relacionam-se aos dois termos pesquisados (classe hospitalar e educação especial), cento e vinte e sete (127) trabalhos de conclusão de curso, 27% das publicações é vinculada a monografias, dissertações e teses, dez (10) trabalhos publicados em anais de eventos, 2% do material publicado tem origem em comunicações em eventos específicos da área, nove (09) livros o que representa 2% do material escrito produzido e oitenta e oito (88) textos, 19% que não estabelecem relação, pois relacionam-se exclusivamente a educação especial, vinculando-se a outras questões e contextos.

Porém, outro elemento chama a atenção nesta gama de produções é a menção aos termos, mas sem que os textos estejam diretamente relacionados ao atendimento educacional em ambiente hospitalar, como é o caso do texto intitulado “Estudo Bibliométrico dos Balanços da Produção Científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (1999-2017)” que não apresenta relação



alguma com a questão pesquisada, apenas cita os termos como elemento de pesquisa sem estabelecer relação direta, pois faz uma busca quantitativa dos textos publicados na área. Por outro lado, há textos que apresentam os termos classe hospitalar e educação especial sem ser diretamente pertencentes a este campo. Como é a situação do texto: “Brinquedoteca hospitalar: disposição humanizadora pelo brincar”. Os dois exemplos, entre muitos outros, apontam para a utilização do termo classe hospitalar de modo genérico, sem estabelecer relação com o papel de ensino e com a finalidade deste programa. De acordo com o documento do MEC (2002), a classe hospitalar apresenta a função pedagógica, logo seu vínculo é claro com o processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos.

Cumpra às classes hospitalares e ao atendimento pedagógico domiciliar elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral. (BRASIL, 2002, p. 13).

Desde 2002, os documentos oficiais brasileiros estabelecem uma função específica dos serviços da classe hospitalar que é o vínculo com o ensino e com as escolas em que o sujeito está matriculado, embora essa vinculação com o conhecimento com o olhar para a aprendizagem já fosse a motivação e a finalidade dos primeiros programas instituídos, Rio de Janeiro (1950), Curitiba (1987).

Ainda nesta busca, quando as palavras-chave são alteradas para inclusão escolar, classe hospitalar o número de artigos é muito superior em relação ao termo classe hospitalar, educação especial. Com as palavras-chave inclusão escolar, classe hospitalar, há cerca de treze mil e seiscentos (13.600) artigos publicados somente em língua portuguesa.

O resultado da pesquisa aponta aqui uma relação textual muito mais ampla entre as expressões inclusão educacional e classe hospitalar que entre classe hospitalar e educação especial, trazendo a função dos programas de escolarização



em evidência. O grande número de artigos da classe hospitalar vinculados à inclusão aponta para um olhar específico da educação hospitalar nesta área. De acordo com Mugiatti (2012, p.51) a ação educativa no hospital se constitui em “ação preventiva em relação ao rompimento de vínculo escolar”, e é neste aspecto que fica a defesa da educação hospitalar como instrumento e meio de promoção da inclusão educacional.

Dando continuidade à pesquisa, fazemos a alteração do termo novamente, desta vez para classe hospitalar e inclusão e, o número se altera significativamente para estas palavras, a busca nos dá quinze mil e novecentos (15.900) artigos publicados no mesmo período e utilizando o mesmo recurso de busca. Ou seja, a simples inversão do termo apresenta uma ampliação de escopo e traz uma variação de mais de dois mil (2.000) textos publicados num período de cinco anos.

As pesquisas mencionadas nesta busca variam em temas e questões discutidas, mas boa parte delas apontam para a classe hospitalar como mecanismo de inclusão e de defesa do direito à educação dos estudantes que se encontram em tratamento de saúde. A gama de textos encontrados vai dos aspectos gerais das políticas de inclusão junto a classe hospitalar a pontos mais específicos como o trabalho na oncologia ou na nefrologia.

Alterando a base de pesquisa os resultados são distintos quando buscamos as mesmas informações no site Scielo, uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos selecionados, há uma alteração das informações e o percentual de textos nesta base varia muito com relação às buscas do site Google acadêmico. De acordo com as informações do site O Scielo apresenta um projeto que: “tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico” (SCIELO, 2020, s/p).

Entende-se a partir destas informações que o escopo teórico apresentado neste recurso passou por um criterioso processo de avaliação, pois de acordo com os critérios descritos, são inseridos no site materiais que apresentam um processo de divulgação científica que se dá a partir de um processo de seleção e avaliação por pares.



A Coleção SciELO Brasil indexa, disponibiliza e dissemina on-line em acesso aberto na modalidade dourada os textos completos de periódicos científicos do Brasil de todas as áreas do conhecimento que publicam predominantemente artigos resultantes de pesquisa científica, que utilizam o procedimento de avaliação por pares dos manuscritos que recebem ou encomendam e que apresentam desempenho crescente nos indicadores de cumprimento dos critérios de indexação. A coleção privilegia a admissão e permanência dos periódicos que em sua operação avançam na profissionalização, internacionalização e modelos de financiamento sustentável. (SCIELO_BR, 2020, p.06).

O escopo teórico que compõe a revista toma como base a avaliação científica especializada nas áreas de publicação do texto. Neste caso, tratamos de textos da classe hospitalar que foram avaliados e referendados por tais critérios de avaliação e seleção para publicação.

Na base de dados do Scielo o resultado para a busca por termos é de quatro (4) artigos para as palavras-chave: Classe hospitalar e educação especial, considerando o recorte temporal de cinco anos já apresentado.

Se alteramos o termo para as palavras-chave: educação hospitalar, inclusão, a busca é direcionada para textos relacionados a enfermagem e processo de ensino da área da saúde. Mesmo nesta busca na plataforma Scielo constam apenas quatro (04) textos publicados nos últimos cinco anos. O site traz também a referência às revistas realizadas dentro do sistema da biblioteca Scielo, Revista Brasileira de Educação Especial, Revista Brasileira de Enfermagem e Revista de Enfermagem. Salientando que os conceitos discutidos, não se prendem somente ao escopo teórico da Educação Especial.

Na sequência utilizando ainda a plataforma Scielo inserimos na busca os termos: inclusão escolar, classe hospitalar ou inverso classe hospitalar inclusão escolar o resultado é surpreendente. Não são encontrados resultados para tais termos. Ao alterarmos o termo pesquisado para classe hospitalar inclusão a busca nos retorna com um único texto publicado em 2010, o que foge do período estabelecido, mas aponta para as discussões da questão de pesquisa que é a visibilidade do trabalho desenvolvido e esse vínculo científico da classe hospitalar.



Outro elemento que chama a atenção neste levantamento de informações é que a alteração dos termos evidencia também o modo de registro dos artigos nos sistemas digitais. Na mudança completa do termo para pedagogia hospitalar no banco de dados do Scielo são encontrados seis (06) textos relacionados, mas que trazem em seus resumos, palavras chave e até mesmo no título o termo classe hospitalar.

Nessa gama de termos aparecem classe hospitalar, escolarização hospitalar, hospitalização escolarizada, educação hospitalar, pedagogia hospitalar e atendimento educacional hospitalar. Embora a discussão do vocábulo de espaço a outro texto, é importante reconhecer que há a variação do termo e que a utilização dessa variedade de termos, mesmo sendo estes entendidos como sinônimos, indicam que os estudos podem apresentar também uma diferença em relação ao que é pesquisado e ao que é compreendido em relação a área em si.

Por fim, é importante considerar que o escopo teórico que vincula a classe hospitalar a um processo de educação inclusiva é extenso, e que tal vinculação corrobora para a defesa de que os programas de atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar caminham com a finalidade de se instituir nesta tarefa de ser uma educação especializada, que visa a inclusão educacional dos sujeitos sejam eles público alvo da Educação Especial ou Ensino Regular. A premissa de tais programas é garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos que se encontram afastados da escola em virtude de um tratamento de saúde que impõe limitações muitas vezes de tempo, espaço, lugar, convivência etc.

Os estudos aqui apresentados deixam claro que temos um caminho longo de estudo e de divulgação da área, mas a sua urgência enquanto programa educacional de alcance nacional também se faz necessária.

4.1. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quando pensamos em uma relação pedagógica entre o atendimento educacional hospitalar e educação inclusiva os termos dessa relação discutidos a



fundo apontam para uma relação que se dá diretamente. Nesta etapa do trabalho selecionamos alguns dos muitos artigos que mencionam os vocábulos classe hospitalar e inclusão educacional, visando avaliar e compreender como essa relação é estabelecida e compreendida nos textos. Defendendo ou não a vinculação do atendimento educacional hospitalar à educação especial / inclusiva.

Ao lermos o trabalho de autores como Silva, Martins e Carvalho (2019) apresentado no Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação, observa-se a relação do atendimento educacional hospitalar com os aspectos de desenvolvimento integral como preconiza a educação inclusiva.

As discussões atuais, tanto na área da saúde quanto da educação, comungam da ideologia de que a criança hospitalizada tem direito a continuar a se desenvolver em todas as suas dimensões, sejam elas biológicas, físicas, afetivas, sociais e cognitivas, sendo o incremento e criação de espaços de promoção da educação fundamentais, não apenas para o desenvolvimento integral da criança, mas também para a recuperação da sua saúde e bem-estar. (SILVA, MARTINS E CARVALHO, 2019, p.01).

Ao trazer o conceito de desenvolvimento integral as autoras fazem alusão ao texto da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986). Textos que apontam para a ampliação dos processos educativos e a busca de respostas a exclusão educacional em termos globais. Entre esta defesa a busca pela garantia do direito à educação ao longo da vida e ao sujeito em tratamento de saúde.

Em outras palavras o texto “Classe hospitalar: um espaço de vivências educativas para crianças e adolescentes em tratamento de saúde.” (2010), aponta para a estreita relação entre educação hospitalar, e educação especial ou inclusiva, trazendo que:

A análise dos termos da política de Educação Básica, de Educação Especial e/ou Inclusiva ou mesmo da política de atenção à diversidade, do Ministério da Educação, revela que, nessas instâncias, as crianças e os adolescentes hospitalizados são vistos como portadores de necessidades especiais, ainda que, momentaneamente, e de acordo com a demanda de tratamento terapêutico da patologia. (ROCHA e PASSEGGI, 2010, p. 116).



Vinculando dessa forma, os estudantes em tratamento de saúde a uma condição especial passageira o que apontaria para que o serviço de atendimento educacional hospitalar e domiciliar estivesse diretamente ligado à educação inclusiva.

Em outro texto, Telles Jr, Teles e Prados (2018) defendem a relação entre atendimento educacional hospitalar e inclusão, apontando para a necessidade de ampliação desse olhar, compreensão técnica e teórica dos conceitos de inclusão, não apenas a um público restrito, mas a todos que por alguma razão se encontram à margem do processo escolar em especial os estudantes em tratamento de saúde.

É preciso que a inclusão vislumbre a problemática do afastamento do aluno impedido de frequentar as aulas, por motivo de estar com doença ou ter sofrido acidente, que demande tratamento médico prolongado, com internação hospitalar. Ele sofre exclusão, pois é afastado do convívio familiar e social, além dos efeitos do mal de que é acometido e efeitos colaterais dos tratamentos. Nesse sentido, a classe hospitalar vem ao encontro da solução. É a possibilidade para superação dessa barreira, pois segundo Koch e Da Silva (2016, p. 92), “inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a busca do desenvolvimento e exercício da cidadania”. (TELLES JR, TELES e PRADOS, 2018, p. 12).

O texto “Classe hospitalar: inclusão além dos muros escolares” aponta claramente para a defesa do atendimento educacional hospitalar enquanto programa educacional que se volta para os processos inclusivos do estudante, enfatizando a necessidade de ampliação dos atendimentos e a necessidade de reconhecimento social dessa modalidade educativa.

Outro texto instigante “Inclusão Educacional: discursos político-educacionais e desafios das Classes Hospitalares” (2019) problematiza o atendimento educacional hospitalar face à educação inclusiva buscando pontos de apoio e sugerindo a necessidade de compreensão mais apurada das políticas públicas relacionadas à inclusão e as classes hospitalares.



A legislação brasileira discorre amplamente sobre os direitos dos educandos e os deveres do Estado, da família e da sociedade para com os indivíduos. Com o objetivo de proporcionar aos indivíduos impossibilitados de frequentar a escola formal, seja por estarem internados em instituições de saúde, ou por estarem em tratamentos médicos domiciliares prolongados, é pertinente considerar os discursos político-educacionais da educação inclusiva, ao se inter-relacionar os direitos fundamentais da criança e a necessidade de ações governamentais em prol dos estudantes com necessidades especiais, para uma forma de aprendizagem significativa capaz de colaborar com a autonomia e o protagonismo do estudante na sociedade e em seu processo de ensino-aprendizagem, de modo a se efetivar a inclusão dos estudantes afastados das instituições regulares de ensino. (PRADOS, GIORDANO e THOMSEN, 2019, p.107).

Prados, Giordano e Thomsen (2019), trazem questões relevantes ao tratar da temática e da vinculação dos serviços de atendimento escolar hospitalar, educação especial e inclusão. Os autores apontam para a continuidade do processo de aprendizagem, o retorno escolar pós-tratamento, a reintegração à escola e a capacidade de sanar defasagens; como tarefas e possibilidades desencadeadas pelos serviços mencionados, vinculando a isso a compreensão clara dos conceitos de inclusão educacional, direitos humanos e direito à educação.

Percebe-se que a educação na classe hospitalar ou em atendimento pedagógico domiciliar é uma tarefa complexa, com muitas variáveis envolvidas, mas imprescindível para a garantia dos direitos dos sujeitos. Não se pode compactuar com a protelação das soluções de educação hospitalar e a falsa perspectiva de que a

legislação vigente é suficiente para se criarem políticas capazes de sanar/melhorar os problemas gerados com a internação prolongada de crianças em fase educacional. (PRADOS, GIORDANO e THOMSEN, 2019, p.119).

Considerando o que apontam os autores ainda há muito o que ser feito para que o estudante que se encontra em tratamento de saúde não tenha seu processo de escolarização interrompido, pois além da questão política – legislativa envolvida,



há uma questão de relevância social e de conhecimento desse direito que precisa ser considerada a difundida.

Pacco e Gonçalves (2019) trilham esse caminho de discussão da política pública em relação a classe hospitalar ao trazerem o texto “Implantação da política para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: apontamentos por professores em um curso de formação reflexiva colaborativa”, pois, defendem e questionam a implementação inadequada da própria legislação com relação ao atendimento educacional hospitalar. Para as autoras:

Percebe-se que, apesar da crescente consolidação do serviço educacional hospitalar, ainda se enfrentam percalços, principalmente no que se refere às legislações, que em muitos casos não são cumpridas de forma adequada. A falta de uma legislação nacional que esclareça a responsabilidade dos órgãos em ofertar esse serviço, bem como, defina como deve ser a organização, dificulta em muitas instâncias, a implantação e execução do serviço educacional dentro do ambiente hospitalar. (PACCO e GONÇALVES, 2019, p. 107).

Refletindo sobre os pontos delineados no estudo realizado, é perceptível que ainda há um longo caminho a ser construído para que o atendimento educacional hospitalar seja compreendido e implementado enquanto política pública de inclusão educacional e instrumento de acesso universal ao direito educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados neste escrito compreendemos que há pontos de intersecção entre o atendimento educacional hospitalar e a educação inclusiva. Entretanto, esses pontos precisam ser alinhados e melhor definidos para que haja de fato a compreensão da educação hospitalar como direito à educação e como programa de inclusão educacional.

Percebe-se que há um grande esforço teórico de definir essa relação e apontar os modos como essa rede vem sendo construída em diferentes pontos. Mas, o percurso para implementação enquanto política pública é necessidade que ainda urge no território nacional e as pesquisas na área clamam por esse



reconhecimento e por um estabelecimento claro de legislação que seja capaz de definir responsabilidades e apontar a importância dos atendimentos escolares em hospitais e domicílios.

As discussões realizadas neste trabalho apontam também para o modo de organização dos atendimentos educacionais hospitalares, mostrando que os professores buscam recursos da educação especial inclusiva nos atendimentos hospitalares e isso estabelece uma relação estreita com esse campo, pois exige dos docentes a compreensão teórica a respeito da educação especial e da educação hospitalar para construção do campo de atuação e pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar de língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2008.

ALBERTONI, Léa Chuster. **A inclusão escolar de alunos com doenças crônicas: professores e gestores dizem que...** Curitiba, Appris, 2014.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. MEC. **Lei n.º 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Câmara dos Deputados, 1999.

BRASIL, **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6ª ed. Porto Alegre, Mediação, 2014.

CECCIM, R. & FONSECA, Eneida Simões da. **Classe hospitalar: buscando padrões referenciais de atendimento pedagógico-educacional à criança e ao adolescente hospitalizados**. Integração 9 (21): 31-39. 1999.

COVIC, Amália Neide. OLIVEIRA, Fabiana Aparecida de Melo. **O aluno gravemente enfermo**. São Paulo, Cortez, 2011.



FONSECA, Eneida Simões. **Atendimento Pedagógico-Educacional para Crianças e Jovens Hospitalizados: realidade nacional.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

FONSECA, Eneida Simões. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** 2ª ed. São Paulo, Memnon, 2008.

MAITO, Viviane Pereira. Tecendo relações entre formação de professores, paradigmas educacionais e atuação no atendimento pedagógico ao escolar em tratamento de saúde. In: MATOS, Elizete Lúcia. Moreira. FERREIRA, Jacques de Lima. **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: redes de possibilidades online.** Petrópolis, Vozes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Summus, 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais.** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2016. Disponível:
<https://passeidireto.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/epubcfi/6/8%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dtitle%5D!/4/2/4%5Bvst-image-button-40478%5D%400:0>. Acesso em: 31/03/2020.

MATOS, Elizete L. M. WIESE, Maria do C. S. Trilhando sob novos olhares e novos desafios na Pedagogia Hospitalar. In: MATOS, Elizete Lúcia. Moreira. FERREIRA, Jacques de Lima. **Formação pedagógica para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: redes de possibilidades online.** Petrópolis, Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34 ed. Petrópolis, Vozes, 2015.

MUGGIATI, Margarida M.T.F. **Serviço Social: relatos autobiográficos e memorialísticos de uma Assistente Social.** Curitiba, Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, 2012.

PACCO, Aline F. R. GONÇALVES, Adriana G. Implantação da política para o atendimento ao escolar em tratamento de saúde: apontamentos por professores em um curso de formação reflexiva colaborativa. **Revista: Educação, Psicologia e Interfaces**, Volume 3, Dossiê

Inclusão e Diversidade, p. 98-110, 2019. ISSN: 2594-5343. DOI:
<https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i4.193>.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.** SEED. Curitiba, 2006.

PRADOS, Rosália Maria Netto. GIORDANO, Carlos Vital. THOMSEN Débora Bernardi Gradjean. Inclusão Educacional: Discursos Político-Educacionais e Desafios das Classes Hospitalares. **REVASF**, Petrolina- Pernambuco - Brasil, vol. 9, n.18, p. 103-122, abril, 2019. ISSN: 2177-8183.



ROCHA, Simone Maria da; PASSEGGI, Maria da Conceição. Classe hospitalar: um espaço de vivências educativas para crianças e adolescentes em tratamento de saúde. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 113-121, jan./jun. 2010.

SCIELO. **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 13/09/2020.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. maio de 2020. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em 13/09/2021.

SILVA, Aínda Maria Monteiro. COSTA, Valdelúcia Alves. **Educação Inclusiva e Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2015.

SILVA, Aínda Maria Monteiro. A formação docente na perspectiva da educação inclusiva e a relação com os Direitos Humanos. In: SILVA, Aínda Maria Monteiro. COSTA, Valdelúcia Alves. **Educação Inclusiva e Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2015.

SILVA, Rosilene F. G. MARTINS, Cristina A. CARVALHO, Graça S. **Educação da criança hospitalizada: percepções, desenvolvimento socioeducativo e enfrentamento da hospitalização**. III Enje – Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2019.

TELLES JUNIOR, Hamilton de O. TELLES, Rute E. M. M. O. PRADOS Rosália M. N. Classe hospitalar: inclusão além dos muros escolares. **Revista Científica UMC**. Mogi das Cruzes, v.3, n.2, agosto 2018. I